

Socorro do governo federal só sai se estados venderem estatais

■ Acordo fechado com Mato Grosso servirá de base para as próximas negociações

CRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — Para receber o socorro do governo federal, os estados terão que vender suas estatais. A condição básica da ajuda é a aprovação, pelas Assembléias Legislativas dos estados, de uma lei de privatização. "Esta é uma oportunidade única para os estados ajustarem suas contas e fazerem reforma com privatização", disse ontem ao **JORNAL DO BRASIL** o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O governo vai socorrer os estados usando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Eletrobrás e o Banco Central, no que disser respeito aos bancos estaduais. Ao contrário de todos os acordos de renegociação promovidos anteriormente, as negociações agora serão feitas caso a caso. O acordo fechado com o governo de Mato Grosso mostra, porém, como o governo federal deverá agir em relação aos demais estados.

O novo programa de renegociação das dívidas dos estados foi criado diante do fracasso do plano anterior, idealizado no fim do ano passado. Naquele programa, a Caixa Econômica Federal emprestou dinheiro para vários estados pagarem dívidas de curto prazo com bancos privados e colocarem em dia despesas básicas, como a folha de pessoal. Em troca, os governadores teriam que privatizar e cumprir metas fiscais (aumentar receitas e cortar despesas) extremamente rígidas. O problema é que a dívida não vinha sendo paga nem muito menos os governos estaduais cumprindo as exigências do Tesouro Nacional.

O secretário informou que o governo vai refinarhar apenas as dívidas dos estados que ainda não foram roladas. Portanto, a renegociação não incluirá dívidas acerta-



Brasília — Arnildo Schulz

Parente: "Esta é uma oportunidade única para estados se ajustarem"

das no governo Sarney (Lei 7.976) e no governo Itamar Franco (Lei 8.729). Em compensação, poderão ser refinanciadas as dívidas mobiliárias (em títulos) dos estados mais ricos, entre eles, o Rio de Janeiro.

Calote — O caso de Mato Grosso é exemplar. A Cemat, a empresa estadual de energia elétrica, vinha aplicando há anos um calote no estado sem que nada acontecesse. A estatal deixava de pagar anualmente entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Além disso, tinha dívidas com a Eletrobrás. Pelo acordo fechado com o governo federal, a Eletrobrás transformará a dívida

da Cemat em ações. A BNDESPar (empresa de participações do BNDES) comprou R\$ 58 milhões em ações da Cemat. "A BNDESPar e a Eletrobrás já são acionistas com a maioria dos votos. A empresa será privatizada", disse Parente.

Com o acordo, o comprometimento da receita de Mato Grosso com o pagamento de suas dívidas caiu de 40% para 15%. A folha de pessoal, por sua vez, está entrando no limite constitucional de 65% da receita líquida do estado. "Um estado pode ser considerado saneado quando ele deve menos ou igual à receita líquida anual", explicou Parente, um dos idealizadores do programa de ajuste fiscal dos estados.

Cai ICMS de exportações

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, anunciou, ontem, um acordo com os governos estaduais para eliminar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações de produtos primários e semi-elaborados. A ideia é isentar também as compras de bens de capital (máquinas e equipamentos). Em troca, os estados receberão compensação financeira, em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, equivalente à perda de arrecadação com o fim da cobrança, desde que limitada a R\$ 3,6 bilhões por ano.

O acordo servirá de base para o governo pedir ao Congresso pressa na aprovação de projeto de lei complementar que barateia as exportações. O projeto foi apresentado por Kandir antes de ele assumir o Ministério do Planejamento. O projeto tem preferência, por decisão do governo, sobre a emenda constitucional da reforma tributária.

O relator na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), deverá adotar uma emenda ao projeto prevendo o seguro de garantia de receita. Se as medidas resultarem em crescimento econômico que garanta a manutenção da receita dos estados, o governo federal estaria desobrigado deste ressarcimento.

□ A Caixa Econômica Federal está convocando os 125 mil inscritos no Pró-Cred. Serão 100 mil selecionados na forma individual e outros 25 mil na forma associativa, que formarão 2.500 grupos.